

EMENDA Nº - CMMPV 1309/2025
(à MPV 1309/2025)

Acrescentem-se inciso VII-1 ao *caput* do art. 1º e Capítulo VIII-1 antes do Capítulo IX; e dê-se nova redação ao art. 15 da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 1º

VII-1 – medidas de fortalecimento da indústria nacional em setores estratégicos, com ênfase em inovação tecnológica, sustentabilidade ambiental e geração de empregos qualificados, de forma a mitigar os impactos da imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras pelos Estados Unidos da América;
.....”

“Art. 15. O disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplica-se às aquisições de que trata este Capítulo naquilo que não lhe for contrário.”

“CAPÍTULO VIII-1

DAS MEDIDAS DE FOMENTO À INDÚSTRIA
NACIONAL EM SETORES ESTRATÉGICOS

Art. 15-1. A Administração Pública, direta e indireta, deverá adotar políticas de fomento à indústria nacional em setores estratégicos — incluindo o segmento metal-mecânico, metalúrgico, de materiais especiais, de montagens industriais e de transição energética —, priorizando fornecedores que comprovem produção local, inovação tecnológica e geração de empregos qualificados no Brasil.

Art. 15-2. Nos processos de contratação de bens e serviços, especialmente por empresas estatais de economia mista dos setores de óleo, gás e energia, será assegurada preferência a fornecedores que:

I – desenvolvam tecnologia própria no Brasil ou promovam transferência de tecnologia;

II – mantenham atividade industrial no território nacional;

III – adotem critérios de sustentabilidade socioambiental e inovação verde; e



IV – forneçam equipe técnica local para acompanhamento, inspeção e manutenção durante a vida útil do produto.

Parágrafo único. A regulamentação desta preferência observará os princípios da isonomia, da eficiência e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme ato do Poder Executivo.”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente reenumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo fortalecer a indústria nacional em setores estratégicos — como o metal-mecânico, metalúrgico, de materiais especiais, de montagens industriais e, de forma inovadora, os segmentos vinculados à transição energética e à economia verde — em resposta ao cenário adverso criado pela imposição unilateral de tarifas adicionais pelos Estados Unidos da América às exportações brasileiras. A iniciativa busca assegurar a sobrevivência dessas cadeias produtivas, preservar empregos qualificados, estimular a inovação tecnológica e reforçar a autonomia do país em áreas críticas da economia. O Brasil enfrenta atualmente um duplo estrangulamento: de um lado, a perda de competitividade nos mercados externos devido a barreiras tarifárias impostas por parceiros estratégicos; de outro, a inundação do mercado interno por produtos importados, especialmente asiáticos, muitas vezes ofertados a preços artificialmente baixos em decorrência de práticas de dumping. Esse cenário vem corroendo a base industrial nacional, com impactos diretos sobre a geração de empregos, a arrecadação tributária e a capacidade de inovação do país. Ao priorizar fornecedores que mantenham atividade industrial no território nacional, desenvolvam tecnologia própria, invistam em inovação verde e garantam equipes técnicas locais para manutenção e inspeção de produtos, a emenda propõe critérios objetivos que ampliam a competitividade da indústria brasileira e asseguram benefícios socioeconômicos duradouros. Trata-se de medida que promove empregos de alta qualidade, envolvendo engenheiros, técnicos e trabalhadores especializados, com efeitos multiplicadores positivos nas economias regionais e na arrecadação pública. Além do aspecto social e econômico,



a medida reforça a soberania e a autonomia tecnológica do Brasil. A indústria de base, especialmente nos segmentos de metalurgia avançada e materiais especiais, é estratégica para setores críticos como óleo, gás, energia, defesa e transição energética. O estímulo à produção e ao desenvolvimento tecnológico nacional reduz a dependência externa, fortalece cadeias produtivas locais e amplia a resiliência do país diante de crises globais de suprimento. Diferentemente de uma reserva de mercado incondicional, a proposta vincula a preferência a critérios alinhados com os princípios constitucionais da isonomia e da eficiência administrativa, compatibilizando-se com a Lei nº 14.133/2021, que já admite margens de preferência nacional, e com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Dessa forma, reduz-se o risco de questionamentos jurídicos e de contenciosos comerciais, ao mesmo tempo em que se garante efetividade à política de fortalecimento da indústria nacional. A emenda, portanto, não se limita a uma resposta conjuntural à crise tarifária com os Estados Unidos, mas projeta uma estratégia estrutural de reindustrialização sustentável. Ao promover inovação tecnológica, geração de empregos qualificados, sustentabilidade socioambiental e fortalecimento da indústria de base, a medida contribui para que o Brasil não se restrinja ao papel de exportador de commodities, mas avance em direção a um modelo de desenvolvimento que combine competitividade internacional, justiça social e autonomia tecnológica.

Sala da comissão, 19 de agosto de 2025.

Deputado Rodrigo Rollemberg
(PSB - DF)
Deputado Federal

